Docusign Envelope ID: AC8F9FC7-8FCF-409D-82A0-226C2D908203

Rialma Companhia Energética III S.A.

Demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025 e relatório do auditor independente

Docusign Envelope ID: AC8F9FC7-8FCF-409D-82A0-226C2D908203

Rialma Companhia Energética III S.A.

Demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2025

Índice

Relatório do auditor independente 2

Demonstrações contábeis

Balanço patrimonial 5
Demonstração do resultado 6
Demonstração do resultado abrangente 7
Demonstração das mutações do patrimônio líquido 8
Demonstração do fluxo de caixa 9
Notas explicativas às demonstrações contábeis 10

Docusign Envelope ID: AC8F9FC7-8FCF-409D-82A0-226C2D908203

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Administradores e Acionistas
Rialma Companhia Energética III S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Rialma Companhia Energética III S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações contábeis no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - partes relacionadas

Chamamos atenção para a Nota 6 às demonstrações financeiras, que descreve que a Companhia mantém saldos e operações comerciais em montantes significativos com partes relacionadas nas condições nela descritas. Dessa forma, as demonstrações financeiras devem ser analisadas nesse contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda.
SHS Quadra 6, Cj. A, Salas 801 a 811, Bloco C, Ed. Business Center Tower, Brasília, DF, Brasil, 70322-915
T: +55 (11) 4004-8000

Docusign Envelope ID: AC8F9FC7-8FCF-409D-82A0-226C2D908203

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

Docusign Envelope ID: AC8F9FC7-8FCF-409D-82A0-226C2D908203

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Brasília, 31 de março de 2026

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/F-5

DocuSigned by

Signed By: MARCOS MAGNUSSON DE CARVALHO:25101003867
CPF: 25101003867
Signing Time: 31 de março de 2026 | 19:21 BRT

O: ICP-Brasil, OU: Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB
C: BR
Issuer: AC SERASA RFB v5
9EE5968FAA8D4FB...

Marcos Magnusson de Carvalho
Contador CRC 1SP215373/O-9

Docusign Envelope ID: AC8F9FC7-8FCF-409D-82A0-226C2D908203

Rialma Companhia Energética III S.A.

Balanço patrimonial em 31 de dezembro
Em milhares de reais

		2025	2024
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1	1
Contas a receber	5	1.005	951
Impostos a recuperar		10	10
Adiantamentos para compra de energia	6	49.271	13.447
Outros Ativos		1	-
		50.288	**14.409**
Não circulante			
Partes relacionadas	6	3.288	3.288
Imobilizado	7	54.744	56.455
		58.032	**59.743**
Total do ativo		**108.320**	**74.152**

		2025	2024
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante			
Obrigações tributárias	8	1.154	1.370
Partes relacionadas	6	91	188
Adiantamento de clientes	9	2.001	-
Empréstimos e financiamentos	10	1.563	-
		4.809	**1.558**
Não circulante			
Obrigações tributárias	8	1.928	2.973
Provisões	11	-	248
Empréstimos e financiamentos	10	32.000	-
		33.928	**3.221**
Total do passivo		**38.737**	**4.779**
Patrimônio líquido	12		
Capital social		38.903	38.903
Ajustes de avaliação patrimonial		10.332	10.655
Reservas de lucros		20.348	19.815
Total do patrimônio líquido		**69.583**	**69.373**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**108.320**	**74.152**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Docusign Envelope ID: AC8F9FC7-8FCF-409D-82A0-226C2D908203

Rialma Companhia Energética III S.A.

Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

		2025	2024
Receita operacional líquida	13	8.203	10.396
Custo de geração e comercialização de energia elétrica	14	(2.194)	(4.135)
Lucro bruto		**6.009**	**6.261**
Receitas e despesas operacionais			
Receitas e despesas gerais e administrativas		142	(48)
Despesas tributárias		(33)	(4)
Outras despesas operacionais		-	-
Resultado operacional antes do resultado financeiro		**6.118**	**6.209**
Resultado financeiro, líquido	15	(5.498)	(248)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		**620**	**5.961**
Imposto de renda e contribuição social corrente	16	(238)	(309)
Lucro líquido do exercício		**382**	**5.652**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Docusign Envelope ID: AC8F9FC7-8FCF-409D-82A0-226C2D908203

Rialma Companhia Energética III S.A.

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	**382**	**5.652**
Outros resultados abrangentes:		
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	**382**	**5.652**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Docusign Envelope ID: AC8F9FC7-8FCF-409D-82A0-226C2D908203

Rialma Companhia Energética III S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

		Reservas de lucros				
	Capital social integralizado	**Reserva legal**	**Reserva de retenção de lucros**	**Ajustes de avaliação patrimonial**	**Lucros acumulados**	**Total do patrimônio líquido**
Em 31 de dezembro de 2023	**38.903**	**6.890**	**12.319**	**10.979**	**-**	**69.091**
Realização do custo atribuído	-	-	-	(324)	324	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	5.652	5.652
Constituição de reserva legal	-	283	-	-	(283)	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	(3.947)	(3.947)
Dividendos declarados	-	-	-	-	(1.423)	(1.423)
Constituição de reserva de retenção de lucros	-	-	323	-	(323)	-
Em 31 de dezembro de 2024	**38.903**	**7.173**	**12.642**	**10.655**	**-**	**69.373**
Realização do custo atribuído	-	-	-	(323)	323	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	382	382
Constituição de reserva legal	-	19	-	-	(19)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(172)	(172)
Constituição de reserva de retenção de lucros	-	-	514	-	(514)	-
Em 31 de dezembro de 2025	**38.903**	**7.192**	**13.156**	**10.332**	**-**	**69.583**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Docusign Envelope ID: AC8F9FC7-8FCF-409D-82A0-226C2D908203

Rialma Companhia Energética III S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	2025	2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	**382**	**5.652**
Ajustes de:		
Imposto de renda e contribuição social	238	309
Juros sobre empréstimos e financiamentos	4.598	-
Depreciação	1.711	1.713
Variações no capital circulante		
Contas a receber	(54)	(918)
Adiantamentos para compra de energia	(35.823)	-
Outros ativos e passivos	(249)	(10)
Adiantamento de clientes	2.001	(2.469)
Partes relacionadas	(97)	42
Obrigações tributárias	(1.219)	(1.052)
Caixa gerado pelas (aplicado nas) operações	**(28.513)**	**3.267**
Imposto de renda e contribuição social pagos	(280)	(228)
Juros pagos	(3.035)	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	**(31.828)**	**3.039**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Empréstimos e financiamentos captados	32.000	-
Dividendos pagos	(172)	-
Transações com partes relacionadas	-	(3.039)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamentos	**31.828**	**(3.039)**
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**-**	**-**
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	1	1
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	1	1
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**-**	**-**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Docusign Envelope ID: AC8F9FC7-8FCF-409D-82A0-226C2D908203

Rialma Companhia Energética III S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Contexto operacional

a) Atividades operacionais

A Rialma Companhia Energética III S.A. (Companhia), estabelecida em Mambaí - GO, é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 28 de maio de 2004, tendo como único acionista a Rialma Administração e Participações S.A., tem por objeto social realizar a atividade de geração de energia elétrica através da Pequena Central Hidrelétrica Santa Edwiges III, bem como a comercialização de energia gerada por tal Central e a celebração de atos de comércio decorrentes dessas atividades, conforme autorização concedida pela ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica pela Resolução nº 115/2001.

b) Autorização

A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL autorizou a Companhia a estabelecer-se como Produtora Independente de Energia Elétrica (PIE) mediante exploração de potencial hidráulico, com capacidade instalada de 11,6 MW e a garantia física de 8,74 MW, localizado no rio Buritis, Municípios de Buritinópolis, Estado de Goiás.

Esta autorização vigorará pelo prazo de 30 anos a contar da data de 05 de abril de 2001, data esta da publicação da Resolução ANEEL Nº 115 de 05 de abril de 2001, com prorrogação até 06 de janeiro de 2046 conforme determinado pela Resolução Autorizativa Nº 14.896, de 10 de outubro de 2023. Podendo, este prazo, ser prorrogado a pedido da Companhia ou a critério da ANEEL.

Os bens e instalações vinculados à produção de energia elétrica, ao final do prazo da autorização acima descrito, não havendo prorrogação, passarão a integrar o Patrimônio da União. Fato que, ocorrerá, mediante indenização dos investimentos autorizados e ainda não amortizados devidamente auditados pela ANEEL, considerando ainda que poderá ser exigido que a Companhia restabeleça, por sua conta, o livre escoamento das águas.

2. Elaboração e apresentação das demonstrações contábeis

2.1. Base e apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que contemplam os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações contábeis estão sumariadas na nota explicativa 3. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de determinados ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos, se aplicável), tem seu custo ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

A emissão das presentes demonstrações contábeis foi autorizada pela Administração da Companhia em 31 de março de 2026.

Docusign Envelope ID: AC8F9FC7-8FCF-409D-82A0-226C2D908203

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o real, que é a moeda de seu principal ambiente econômico de operação. As demonstrações contábeis são apresentadas em milhares de reais arredondadas para o número mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações contábeis requer que a Administração faça julgamentos, utilizando estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos e em opinião de assessores jurídicos, para determinação dos valores adequados para registro de determinadas transações que afetam ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais dessas transações podem divergir dessas estimativas.

Esses julgamentos, estimativas e premissas são revistos ao menos anualmente e eventuais ajustes são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas.

(a) Provisão para demandas judiciais

Provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos externos.

3. Políticas contábeis materiais

3.1. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

3.2. Reconhecimento de receita

A Companhia registra e mensura a receita da geração de energia obedecendo aos pronunciamentos técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes. As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito.

3.3. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor e limites utilizados de conta garantida.

3.4. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

A Companhia optou pelo lucro presumido para apuração dos impostos, onde a provisão para imposto de renda foi constituída à base de cálculo de 8% e alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R$ 240. A contribuição social foi calculada à base de cálculo de 12% e alíquota de 9% sobre o faturamento.

Docusign Envelope ID: AC8F9FC7-8FCF-409D-82A0-226C2D908203

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada.

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados apenas quando há o direito legal de compensar o ativo fiscal corrente com o passivo fiscal corrente e quando eles estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e a Companhia pretende liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais corrente.

A Companhia não possui impostos diferidos registrados nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

3.5. Instrumentos financeiros

(a) Ativos financeiros

Classificação e mensuração

Os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e ao valor justo por meio do resultado (VJR). A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. A Companhia apresenta seus instrumentos financeiros da seguinte forma:

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado - Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.

Custo amortizado - Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.

(i) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (*impairment*) - O CPC 48 define um modelo prospectivo de "perdas de crédito esperadas". O modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. A Companhia não identificou perdas (*impairment*) a serem reconhecidas nos exercícios apresentados.

(ii) Baixa de ativos financeiros - A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

Docusign Envelope ID: AC8F9FC7-8FCF-409D-82A0-226C2D908203

(b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

Instrumentos financeiros derivativos - a Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos.

3.6. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Os itens de ativos imobilizados são mensurados ao custo de aquisição, ou formação, quando aplicável, menos as depreciações acumuladas e provisões ao valor recuperável do ativo, quando aplicável.

Os custos de itens registrados no ativo imobilizado incluem todos aqueles gastos que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou à formação do ativo. Os custos de ativos construídos pela própria Companhia incluem o custo de materiais e de salários de funcionários diretamente envolvidos nos projetos de construção ou formação desses ativos, assim como quaisquer outros custos diretamente atribuíveis a esse ativo até que este tenha condições de ser utilizado para seus fins, incluindo, ainda, os custos de empréstimos quando os ativos são classificados como qualificáveis nos termos do CPC 20 (R1) - Custos de Empréstimos, quando aplicável.

Ganhos e perdas na alienação de um item de ativo são originados pela diferença apurada na confrontação do valor de alienação e do valor líquido resultante do valor de custo deduzido do valor residual e da depreciação acumulada desse ativo, e são reconhecidos pelo valor líquido dessa diferença diretamente no resultado do exercício.

Custos subsequentes

Os gastos incorridos com reparos, manutenções ou trocas de partes de um ativo imobilizado são reconhecidos nos saldos correntes desses ativos imobilizados desde que seja esperado um incremento dos benefícios econômicos futuros por parte de tais reparos, manutenções ou trocas, seja por aumento de vida útil, seja por aumento de produtividade, e desde que os custos dessas partes possam ser mensurados de forma confiável.

Depreciação

A depreciação é reconhecida no resultado do exercício, sendo calculada pelo método linear através das vidas úteis estimadas do ativo imobilizado, desde que essas estimativas demonstrem o consumo do ativo e a geração futura de benefícios econômicos desse ativo.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso ou, no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método durante a vida útil estimada.

Docusign Envelope ID: AC8F9FC7-8FCF-409D-82A0-226C2D908203

3.7. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros e não financeiros (*impairment*)

Ativos financeiros (incluindo recebíveis) – um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há indicação de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se há indicação de que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que possa ser estimado de maneira confiável.

A indicação de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo pode se caracterizar como um indicativo de perda por redução ao valor recuperável.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro mensurado ao custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. A Companhia não identificou perdas (impairment) a serem reconhecidas em nenhum dos exercícios apresentados.

Ativos não financeiros - os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável.

Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou da Unidade Geradora de Caixa - UGC exceder o seu valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo (ou da UGC) para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a UGC).

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado.

As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida, exceto ágio.

A Administração não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão para recuperabilidade em 31 de dezembro de 2025.

3.8. Provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis

Uma provisão é reconhecida, em virtude de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico venha a ser exigido para liquidar a obrigação. A despesa relativa à constituição de qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Docusign Envelope ID: AC8F9FC7-8FCF-409D-82A0-226C2D908203

Especificamente nos processos judiciais da Companhia, estes são avaliados e revisados periodicamente, com base em pareceres de advogados internos e externos, sendo registrados contabilmente de acordo com as regras estabelecidas pelo CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, que estabelece que uma provisão deve ser reconhecida quando:

(i) A Companhia tem uma obrigação legal ou não formalizada presente como consequência de um evento passado.

(ii) É provável que recursos sejam exigidos para liquidar a obrigação.

(iii) O montante da obrigação é possível de ser estimado com suficiente segurança.

Se qualquer uma dessas condições não for atendida, a provisão não deve ser reconhecida.

3.9. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado por meio do método de juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos.

3.10. Mudanças nas políticas financeiras e divulgações

As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2025:

Reforma tributária

A reforma tributária sobre o consumo ("Reforma tributária"), estabelece a substituição de quatro tributos atualmente incidentes sobre o consumo: PIS, COFINS, ICMS e ISS, por dois tributos: Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), institui o Imposto Seletivo (IS) (sobre produtos identificados como nocivos à saúde e/ou que causam danos ao meio ambiente), assim como estabelece uma diminuição do campo de incidência do IPI.

Os novos tributos e as novas alíquotas, entram em vigor gradualmente a partir de 1o de janeiro de 2027, com a substituição total dos tributos atuais até 2033.

Potenciais impactos contábeis como reflexo das alterações a serem trazidas pela Reforma tributária, podem incluir:

- **Redução ao valor recuperável de ativos, incluindo ágio:** é provável que as mudanças impactem os fluxos de caixa futuros das entidades, a partir de 2026. Projeções utilizadas para mensurar o valor recuperável de ativos deverão considerar os reflexos esperados da Reforma tributária nos negócios e fluxos de caixa, bem como os impactos nos preços dos produtos de algumas entidades decorrentes da descontinuidade gradual dos incentivos fiscais estaduais (ICMS) a partir de 2028.

- **Impostos indiretos acumulados a recuperar:** tributos sobre o consumo (descontinuidade do PIS e da COFINS em 2027, redução gradual do ICMS a partir de 2028 até 2033 e do ISS), serão substituídos por novos impostos (IBS) e contribuições (CBS). Consequentemente, a recuperação destes impostos e o prazo de recuperação podem ser impactados.

Docusign Envelope ID: AC8F9FC7-8FCF-409D-82A0-226C2D908203

- **Tributos diferidos sobre o lucro:** pode impactar na alteração das projeções de geração de lucro tributável futuro das entidades, a partir de 2026. Portanto, pode alterar os valores realizáveis dos ativos de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos.

- **Divulgações (estimativas e julgamentos críticos):** considerando a relevância e abrangência das mudanças, assim como julgamentos associados, é importante avaliar divulgações adicionais decorrentes dos reflexos e impactos da Reforma tributária nas demonstrações financeiras impactadas.

Conforme esperado, os potenciais impactos contábeis listados acima não são exaustivos e devem ser analisados caso a caso.

Tributação de dividendos - Lei no 15.270/25

Em 27 de novembro de 2025, foi publicada a Lei no 15.270/25, que estabelece a reintrodução do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) à alíquota de 10% sobre os dividendos distribuídos. Essa incidência é aplicável aos lucros gerados a partir de 10 de janeiro de 2026.

Um ponto relevante da Lei no 15.270/25 refere-se à isenção do IRRF para os dividendos distribuídos com base em lucros apurados até 31 de dezembro de 2025, desde que a declaração e a distribuição desses dividendos sejam realizadas até essa mesma data. Ou seja, lucros gerados até 31 de dezembro de 2025 e devidamente declarados até essa data não estarão sujeitos à nova tributação, o que pode impactar decisões estratégicas das empresas quanto ao momento de distribuição dos dividendos.3.11.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2025	31/12/2024
Aplicações financeiras	1	1
	1	**1**

Recursos aplicados de curto prazo, de alta liquidez, com rendimento médio equivalente a 100% do CDI, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

5. Contas a receber

	31/12/2025	31/12/2024
Clientes	290	646
Contas a receber com partes relacionadas (Nota 6)	715	305
	1.005	**951**

A Companhia avaliou os impactos relacionados ao ajuste a valor presente dos seus saldos de contas a receber de clientes nas datas de 31 de dezembro de 2025 e 2024 e concluiu que os valores se equiparam ao valor contábil, pois o giro do contas a receber é de curto prazo.

A Companhia não registrou provisão para créditos de liquidação duvidosa uma vez que não há títulos a receber vencidos e avaliou que títulos em aberto não possuem expectativa de perdas futuras.

Docusign Envelope ID: AC8F9FC7-8FCF-409D-82A0-226C2D908203

6. Partes relacionadas

A Administração da Companhia identificou como partes relacionadas, empresas ligadas aos mesmos sócios da Companhia, seus administradores e demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares, conforme definições legais.

A Companhia efetuou as seguintes operações com partes relacionadas:

Ativo	31/12/2025	31/12/2024
Contas a receber		
Age Comercializadora de Energia Ltda.	715	131
Rialma Companhia Energética IV S.A.	-	23
Rialma Companhia Energética V S.A.	-	151
Adiantamento para compra de energia		
Rialma Administração e Participações S.A. (i)	49.270	11.069
Rialma Companhia Energética V S.A. (i)	-	2.378
Outras ativos a receber		
Rialma Administração e Participações S.A. (ii)	3.288	3.288
	53.273	**17.040**
Circulante	49.985	13.752
Não circulante	3.288	3.288

Passivo	31/12/2025	31/12/2024
Contas a pagar		
Centrais Construções Pesadas S.A.	-	2
Rialma Fertilizantes Indústria e Comércio S.A.	-	186
Rialma Construções e Infraestrutura S.A.	91	-
	91	**188**

(i) Refere-se a adiantamento para a compra de energia elétrica para operação de suprimento da garantia física pactuada no contrato de venda de energia com os clientes. O contrato entre as partes define o volume e o preço do MWh a ser recebido pela Companhia pelo adiantamento, não sendo passível de alteração em razão da variação do preço do mercado da energia. O volume a ser recebido nessa operação está demonstrado a seguir:

	Volume de MWh a ser recebido	
	2025	2024
Rialma Administração e Participações S.A.	164.392	37.833
Rialma Companhia Energética V S.A.	-	7.934
Total	**164.392**	**45.767**

Docusign Envelope ID: AC8F9FC7-8FCF-409D-82A0-226C2D908203

(ii) A Companhia foi desenquadrada do Programa Especial de Regularização Tributária (PERT) em 2023. Durante sua participação, ela pôde utilizar a compensação de prejuízos fiscais de outras empresas do grupo. No entanto, após o desenquadramento do parcelamento em 2023 a Companhia perdeu a capacidade de aproveitar esse crédito. O saldo anteriormente compensado foi então revertido na Companhia.

6.1. Remuneração de pessoal-chave da Administração

Conforme deliberado em assembleia de acionistas, fica estabelecida a não remuneração dos diretores para o mandato que se encerrará em agosto de 2026.

7. Imobilizado

		31/12/2025			31/12/2024
Descrição	**Taxa média deprec. anual**	**Custo**	**Depreciação acumulada**	**Saldo**	**Saldo**
Terrenos		8.056	-	8.056	8.056
Edif., obras civis e benfeitorias	3,29%	19.854	(9.164)	10.690	11.200
Máquinas e equipamentos	3,71%	9.977	(5.322)	4.655	4.961
Móveis e utensílios	3,69%	5	(5)	-	1
Reservatório, barragens e adutoras	2,00%	32.045	(12.221)	19.824	20.465
Custo atribuído PCH	2,00%	15.823	(4.304)	11.519	11.772
		85.760	**(31.016)**	**54.744**	**56.455**

7.1. Movimentação

Descrição	**31/12/2024**	**Depreciação**	**31/12/2025**
Terrenos	8.056	-	8.056
Edif., obras civis e benfeitorias	11.200	(510)	10.690
Máquinas e equipamentos	4.961	(306)	4.655
Móveis e utensílios	1	(1)	-
Reservatório, barragens e adutoras	20.465	(641)	19.824
Custo atribuído PCH	11.772	(253)	11.519
	56.455	**(1.711)**	**54.744**

Descrição	**31/12/2023**	**Depreciação**	**31/12/2024**
Terrenos	8.056	-	8.056
Edif., obras civis e benfeitorias	11.711	(511)	11.200
Máquinas e equipamentos	5.269	(308)	4.961
Móveis e utensílios	1	-	1
Reservatório, barragens e adutoras	21.105	(640)	20.465
Custo atribuído PCH	12.026	(254)	11.772
	58.168	**(1.713)**	**56.455**

Docusign Envelope ID: AC8F9FC7-8FCF-409D-82A0-226C2D908203

8. Obrigações tributárias

	31/12/2025	31/12/2024
Tributos federais	125	161
Tributos parcelados (i)	2.957	4.182
	3.082	**4.343**
Circulante	1.154	1.370
Não circulante	1.928	2.973

(i) Refere-se a parcelamentos tributários (PIS, COFINS, IRPJ e CSLL) realizados com prazo máximo de 60 meses, corrigidos monetariamente com base na taxa Selic. A abertura por exercício dos parcelamentos está demonstrada a seguir:

Vencimentos em:	31/12/2025	31/12/2024
2025	-	1.209
2026	1.029	1.029
2027	901	901
2028	901	901
2029	126	142
Total	**2.957**	**4.182**

9. Adiantamento de clientes

	31/12/2025
Adiantamento para venda de energia elétrica	2.001
	2.001

10. Empréstimos e financiamentos

Instituições financeiras	Encargos	31/12/2025
Primeira emissão de Notas Comerciais	CDI + 4,5% a.a.	33.563
		33.563
Circulante		1.563
Não Circulante		32.000

(i) Em março de 2025 a Companhia realizou a primeira emissão de notas comerciais com taxa de CDI + 4,5% a.a., com vencimento em 2027.

	31/12/2025
Saldo inicial	-
Captações	32.000
(-) Pagamento de juros	(3.035)
Juros provisionados	4.598
Saldo Final	**33.563**

Docusign Envelope ID: AC8F9FC7-8FCF-409D-82A0-226C2D908203

11. Provisões

A Companhia é parte em ações judiciais decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões cíveis.

A Administração, com base na opinião de seus assessores jurídicos, constituiu provisão para riscos cíveis em 2024 no montante R$ 248, que foi arquivado, durante o exercício de 2025 não houve outras estimativas de perda.

12. Patrimônio líquido

(a) Capital social

O capital social em 31 dezembro de 2025 é de R$ 38.903 (R$ 38.903 em 31 de dezembro de 2024) totalmente integralizados.

O capital social está representado por 38.903.000 ações (38.903.000 ações em 2024) ações ordinárias nominativas sem valor nominal.

Acionista	Ações	Capital social	%
Rialma Administração e Participações S.A.	38.903.000	38.903	100
Total	**38.903.000**	**38.903**	**100**

(b) Dividendos

Refere-se a dividendos mínimos obrigatórios conforme definido no estatuto social da Companhia.

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do exercício	382	5.652
Reserva legal 5% (c)	(19)	(283)
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	323	324
Lucro ajustado	**686**	**5.693**
Dividendos mínimos obrigatórios 25%	172	1.423

(c) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

Docusign Envelope ID: AC8F9FC7-8FCF-409D-82A0-226C2D908203

13. Receita operacional líquida

	2025	2024
Receita Bruta		
Fornecimento de energia elétrica (i)	8.514	10.790
	8.514	**10.790**
Tributos sobre a receita		
PIS e COFINS	(311)	(394)
Total dos tributos sobre a receita	**(311)**	**(394)**
Receita operacional líquida	**8.203**	**10.396**

(i) No exercício de 2025, o Preço de Liquidação das Diferenças (PLD) sofreu uma queda considerável, resultando em um impacto direto sobre a Companhia, refletindo-se em uma redução da receita no exercício.

14. Custo de geração e comercialização da energia elétrica

	2025	2024
Compra de energia	-	(1.992)
Depreciação	(1.711)	(1.712)
Custo tributários	(50)	(47)
Energia elétrica consumida	(433)	(384)
	(2.194)	**(4.135)**

15. Resultado financeiro, líquido

	2025	2024
Receitas financeiras		
Variações monetárias	1	1
	1	**1**
Despesas financeiras		
Juros e multas passivas	(285)	(243)
Outras despesas financeiras	(5.214)	(6)
	(5.499)	**(249)**
Resultado financeiro, líquido	**(5.498)**	**(248)**

Docusign Envelope ID: AC8F9FC7-8FCF-409D-82A0-226C2D908203

16. Imposto de renda e contribuição social corrente

O imposto de renda e contribuição social são calculados e registrados com base no resultado tributável, considerando as alíquotas previstas pela legislação para o regime de tributação pelo lucro presumido:

Descrição	2025	2024
Receita bruta de venda	8.514	10.790
Base de cálculo	**8.514**	**10.790**
Lucro presumido base IRPJ (8%)	681	863
Base tributável IRPJ	**681**	**863**
IRPJ corrente (15%)	(102)	(130)
IRPJ adicional (10%)	(44)	(62)
Total IRPJ	**(146)**	**(192)**
Lucro presumido base CSLL (12%)	1.022	1.295
Base tributável CSLL	**1.022**	**1.295**
CSLL corrente (9%)	(92)	(117)
IRPJ e CSLL	**(238)**	**(309)**

17. Gestão de risco financeiro

17.1. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (risco de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A gestão de risco é realizada pela controladoria da Companhia, segundo as políticas aprovadas pela Administração. A controladoria da Companhia identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros. A Administração estabelece princípios, para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa.

O quadro a seguir sumaria a natureza e a extensão dos riscos decorrentes de instrumentos financeiros e como a Companhia administra sua exposição.

Docusign Envelope ID: AC8F9FC7-8FCF-409D-82A0-226C2D908203

Risco	Exposição	Metodologia utilizada para mensuração do impacto	Gestão
Risco de crédito	Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, instrumentos financeiros, investimentos em instrumentos de dívida e ativos de contratos	Análise de vencimento Avaliação de crédito	Diversificação das instituições financeiras Monitoramento dos limites de crédito/ *ratings* Orientações de investimento em instrumentos de dívida
Risco de liquidez	Empréstimos e outros passivos	Previsões de fluxo de caixa	Linhas de crédito disponíveis

(a) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, fluxos de caixa contratuais decorrentes de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, depósitos em bancos e em outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito de contas a receber em aberto.

O risco de crédito é administrado corporativamente. Para bancos e outras instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades independentemente classificadas com rating mínimo "A" na escala de Standard and Poor's. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pela Administração. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente.
Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência de contrapartes.

Impairment de ativos financeiros

Os seguintes ativos financeiros mantidos pela Companhia estão sujeitos ao modelo de perdas de crédito esperadas:

. contas a receber por vendas de energia elétrica;
. ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; e
. ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Embora o caixa e equivalentes de caixa também estejam sujeitos às exigências de *impairment* do CPC 48, não foi identificada perda por *impairment* identificada nesses ativos.

Contas a receber de clientes e ativos de contratos

A Companhia aplica a abordagem simplificada do CPC 48 para a mensuração de perdas de crédito esperadas considerando uma provisão para perdas esperadas ao longo da vida útil para todas as contas a receber de ativos de contratos.

A Companhia não provisiona perda em seus contratos com clientes, pois a modalidade ofertada tem curto prazo e baixo risco de inadimplência.

Docusign Envelope ID: AC8F9FC7-8FCF-409D-82A0-226C2D908203

Ativos financeiros ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Todos os investimentos em títulos de dívida ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes são considerados de sem risco de crédito e não há provisão para perdas durante o exercício. Outros instrumentos são considerados como tendo baixo risco de crédito quando eles apresentam um risco baixo de inadimplência e o seu emissor tem uma forte capacidade de cumprir suas obrigações de fluxo de caixa contratual no curto prazo. Não houve provisão para perdas com investimentos em títulos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. O resultado da aplicação do modelo de perdas de crédito esperadas para os referidos ativos financeiros foi imaterial.

Outros ativos financeiros ao custo amortizado incluem ativos de debêntures, títulos que não pagam juros e títulos privados listados (anteriormente mantidos até o vencimento), empréstimos a partes relacionadas e pessoal-chave da administração, e demais contas a receber. A provisão para perdas com outros ativos financeiros ao custo amortizado é reconhecida no resultado do exercício.

(b) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa realizada na Companhia é monitorada pela controladoria, realizando previsões contínuas das exigências de liquidez da Administração para assegurar que haja caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Também mantém espaço livre suficiente em suas linhas de crédito compromissadas disponíveis a qualquer momento, a fim de que a Companhia não quebre os limites ou cláusulas do empréstimo (quando aplicável) em qualquer uma de suas linhas de crédito. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais.

A Tesouraria investe o excesso de caixa em contas bancárias com incidência de juros, depósitos a prazo, e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme a operação da Companhia.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Menos de um ano	Entre um e três anos	Total
31 de dezembro de 2025			
Adiantamento de clientes	2.001	-	2.001
Empréstimos e financiamentos	1.563	32.000	33.563
Partes relacionadas	91	-	91
31 de dezembro de 2024			
Partes relacionadas	188	-	188

Docusign Envelope ID: AC8F9FC7-8FCF-409D-82A0-226C2D908203

***

Mônica Edwiges Merhy Alves Ramos Caiado	**Anderson Florentino de Paiva**
Diretora Presidente	**Contador CRC – DF 022173/O-8**

Certificado de Conclusão

Identificação de envelope: AC8F9FC7-8FCF-409D-82A0-226C2D908203
Status: Concluído
Assunto: Docusign: PCH III - Relatório do Auditor e DFs - 2025.pdf
LoS / Área: Assurance (Audit, CMAAS)
Tipo de Documento: Relatórios ou Deliverables
Envelope fonte:
Documentar páginas: 26
Certificar páginas: 2
Assinaturas: 1
Rubrica: 0
Assinatura guiada: Ativado
Selo com EnvelopeId (ID do envelope): Ativado
Fuso horário: (UTC-03:00) Brasília

Remetente do envelope:
Cairo Rosa
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3732, 16º e 17º andares, Edifício Adalmiro Dellape Baptista B32, Itai
São Paulo, São Paulo 04538-132
cairo.rosa@pwc.com
Endereço IP: 134.238.160.204

Rastreamento de registros

Status: Original
31 de março de 2026 | 17:53
Portador: Cairo Rosa
cairo.rosa@pwc.com
Local: DocuSign

Status: Original
31 de março de 2026 | 19:21
Portador: CEDOC Brasil
BR_Sao-Paulo-Arquivo-Atendimento-Team@pwc.com
Local: DocuSign

Eventos do signatário	Assinatura	Registro de hora e data
Marcos Magnusson de Carvalho marcos.carvalho@pwc.com Sócio PwC BR Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma), Certificado Digital **Detalhes do provedor de assinatura:** Tipo de assinatura: ICP-Brasil Emissor: AC SERASA RFB v5 Assunto: CN=MARCOS MAGNUSSON DE CARVALHO:25101003867	DocuSigned by: D2E5968FAA8D4FB... Adoção de assinatura: Imagem de assinatura carregada Usando endereço IP: 134.238.160.202 Política de certificado: [1]Certificate Policy: Policy Identifier=2.16.76.1.2.3.10 [1,1]Policy Qualifier Info: Policy Qualifier Id=CPS Qualifier: http://publicacao.certificadodigital.com.br/repositorio/dpc/declaracao-rfb.pdf	Enviado: 31 de março de 2026 | 17:54 Visualizado: 31 de março de 2026 | 19:18 Assinado: 31 de março de 2026 | 19:21

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:
Não oferecido através da Docusign

Eventos do signatário presencial	Assinatura	Registro de hora e data

Eventos de entrega do editor	Status	Registro de hora e data

Evento de entrega do agente	Status	Registro de hora e data

Eventos de entrega intermediários	Status	Registro de hora e data

Eventos de entrega certificados	Status	Registro de hora e data

Eventos de cópia	Status	Registro de hora e data

Eventos de cópia	Status	Registro de hora e data
Cairo Rosa cairo.rosa@pwc.com Manager Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma) **Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:** Não oferecido através da Docusign	**Copiado**	Enviado: 31 de março de 2026 | 19:21 Visualizado: 31 de março de 2026 | 19:21 Assinado: 31 de março de 2026 | 19:21
Isadora Santos isadora.santos@pwc.com Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma) **Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:** Não oferecido através da Docusign	**Copiado**	Enviado: 31 de março de 2026 | 17:54

Eventos com testemunhas	Assinatura	Registro de hora e data

Eventos do tabelião	Assinatura	Registro de hora e data

Eventos de resumo do envelope	Status	Carimbo de data/hora
Envelope enviado	Com hash/criptografado	31 de março de 2026 | 17:54
Entrega certificada	Segurança verificada	31 de março de 2026 | 19:18
Assinatura concluída	Segurança verificada	31 de março de 2026 | 19:21
Concluído	Segurança verificada	31 de março de 2026 | 19:21

Eventos de pagamento	Status	Carimbo de data/hora